

RECENSÕES

SILVA, Maria Beatriz Nizza da — **Filantropia e Imigração — A Caixa de Socorros de D. Pedro V**, Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990, 168 pp.

Comemorativa do 125.º aniversário da fundação da Caixa de Socorros D. Pedro V, esta publicação ultrapassa o âmbito monográfico, para nos apresentar uma perspectiva diacrónica do problema social da imigração portuguesa no Brasil e da sua estruturação como comunidade. Recusando a posição de panegirista, Beatriz Nizza da Silva, ao analisar a evolução administrativa da instituição, questiona a sua política social, nomeadamente as opções entre a valorização do património e a respectiva actividade assistencial, procurando esclarecer a relação entre o discurso oficial e a prática, à luz da evolução conjuntural e da situação dos portugueses no Brasil.

Revelando uma boa interligação entre a informação geral e os materiais produzidos pela própria Instituição (estatutos, actas, contas, registos de sócios, correspondência, etc.), este volume surge como forte incentivo a uma linha de investigação até aqui menosprezada: o estudo das numerosas instituições de assistência e cultura criadas pelos emigrantes portugueses no Brasil, nestes dois séculos, de forma a detectar as suas redes de solidariedade e respectivas modalidades, o seu grau de integração ou resistência cultural, a sua capacidade de afirmação de uma identidade.

O estudo inicia-se com uma perspectiva geral sobre o Rio de Janeiro nos meados do século XIX, uma cidade em fase de forte crescimento populacional e urbanístico, com incorporações sucessivas de zonas periféricas no tecido urbano, atravessando uma fase de modernização tecnológica, com o caminho de ferro, a iluminação pública a gás, a canalização dos esgotos. Uma forte actividade mercantil, com presença portuguesa maciça, e uma actividade industrial, dispersa por 42 ramos de actividades, além dos trabalhos de construção, atraíam uma população crescente. Mas este quadro não permitia superar as numerosas habitações insalubres (os cortiços), focos preferenciais das sucessivas epidemias de febre amarela, que as diversas medidas administrativas não conseguiram erradicar durante muito tempo.

No âmbito da emigração portuguesa, estava então no seu auge a questão dos «colonos», trabalhadores engajados, viajando com despesas pagas antecipadamente pela agência empregadora, através de um contrato de locação de serviços. As condições de arbitrariedade a que se sujeitavam, de incumprimento do clausulado ou de subterfúgios para o prolongamento desonesto do contrato, geraram o maior escândalo entre a opinião pública, sensibilizada para este problema de «escravatura branca».

É certo que toda a emigração arrasta consigo uma componente de marginalidade, nas suas diversas configurações. Mas esta forma de emigração «desprotegida», em que o migrante não se insere em redes familiares, de compadrio ou de vizinhança, antes fica à mercê de agentes pouco escrupulosos que o concebem com mercadoria com vista ao lucro, é susceptível de produzir uma maior componente dessa marginalidade, sobretudo quando a peste grassa endémica e não existem estruturas familiares ou assistenciais de apoio. Neste quadro, a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro não fica indiferente perante a miséria e a doença dos seus compatriotas menos afortunados e mobiliza-se através da prática associativa para minorar os seus problemas.

A Caixa de Socorros D. Pedro V surge em 1863, como mais uma associação filantrópica, num contexto em que a benemerência era já uma prática instituída, contando-se diversas associações, normalmente organizadas por nacionalidades, como seria de esperar num país de forte imigração, existindo mesmo algumas de origem portuguesa. Segundo os estatutos iniciais, era composta por sócios portugueses, e, com o resultado das respectivas anuidades e outros rendimentos (donativos, benefícios,

legados, etc.), desenvolveria acções em casos provados de «*miséria, abandono e necessidades de seus compatriotas*».

O estudo de Beatriz Nizza da Silva analisa posteriormente as diversas fases de actuação ao longo dos 125 anos, tendo em atenção quer o tipo de problemas emergentes no campo das necessidades assistenciais, quer as alterações qualitativas e quantitativas da imigração portuguesa.

Embora com sócios distribuídos geograficamente por todo o Brasil, a Caixa de Socorros D. Pedro V diz respeito, sobretudo, aos portugueses domiciliados no Rio de Janeiro e, inevitavelmente, as profissões ligadas ao comércio (negociantes, caixeiros, guarda-livros) são as mais representadas (59,5%).

De notar que esta Caixa de Socorros não pretende, de início, ser mais uma associação mutualista, isto é, para protecção exclusiva dos sócios, propondo-se, sobretudo, direccionar a caridade para os abandonados que não eram sócios porque nunca chegaram a ter dinheiro para isso. Nesta linha, o seu objecto de atenção vai ser sobretudo o antigo engajado: «*Quase dois terços das pessoas socorridas pela nossa associação vieram para este país engajadas, e foram estes que se apresentaram à Directoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se tem feito em Portugal têm sido prejudicialíssimos aos nossos compatriotas*».

O tratamento médico domiciliário, com fornecimento farmacêutico, do português, ou da sua mulher e filhos, a repatriação dos valetudinários, a protecção a crianças e menores imigrados em termos de asilo e educação, o acompanhamento judiciário de indivíduos com problemas neste campo, eram as principais expressões da filantropia da Caixa de Socorros. Sublinhe-se, porém, que esta acção caritativa não ultrapassou, nos primeiros sete anos, os 50% das receitas anuais, com grandes variações abaixo desta cifra, o que se traduzia num saldo positivo muito significativo, em parte destinado à capitalização, o que permitiu acumular o património da Caixa, garantindo-lhe a sobrevivência, apesar das mutações económico-sociais e diferentes enquadramentos jurídico-políticos, até aos dias de hoje.

Particularmente relevante por ocasião dos diferentes surtos de febre amarela (1873, 1876, 1878, 1888-89), a acção assistencial da Caixa de Socorros evoluiu naturalmente para uma maior prestação de cuidados aos sócios, delimitando a sua acção beneficente aos não-sócios, até como meio de assegurar novos ingressos. Era a forma de responder à concorrência das associações mutualistas então em voga. Entre 1880-83 surgem, no Rio de Janeiro, nada menos de 21 sociedades de socorros mútuos, de origem portuguesa, algumas delas ultrapassando rapidamente em número de sócios e valor de património a Caixa de Socorros D. Pedro V. Como diz Beatriz Nizza da Silva, referindo-se a esta «*explosão de mutualismo*», que se generalizava às restantes comunidades estrangeiras, «*na década de 80 do século passado, a população proletária não estava querendo mais caridade, mas sim precaver-se contra a doença, a invalidez e a morte através de uma cotização tirada do seu salário*».

O modelo caritativo da Misericórdia, que a Caixa de Socorros pretendia seguir, começa a tornar-se incompatível com os novos tempos. E a prática patrimonial favorecendo a aplicação em apólices, também se afigura menos correcta face ao fenómeno inflacionário dos finais do século, passando-se a privilegiar os investimentos imobiliários, a partir da reforma estatutária de 1897.

Se a febre amarela vai desaparecendo com a entrada do século, sobretudo devido às medidas sanitárias de Oswaldo Cruz, a varíola permanece uma epidemia, contra a qual surge a vacinação, a cuja campanha a Caixa adere, estabelecendo postos vacínicos. Surgem, por outro lado, as doenças profissionais, com relevo para a tuberculose que

mina os meios operários, dadas as condições insalubres de trabalho e domicílio, doenças estas a que se passa a prestar maior atenção. Os problemas colocam-se, agora, de outro modo, e a Caixa colabora na campanha contra a tuberculose, nomeadamente com donativos, e instala um consultório homeopático, ao mesmo tempo que ventila as hipóteses de criação de asilos, creches e escolas profissionais, que acabarão por não se realizar, por dificuldades orçamentais.

Mas não deixará a linha de acção concernente ao repatriamento de portugueses indigentes e desprotegidos, nem se privará de melhorar e aumentar o seu departamento de assistência, ajustando o corpo clínico e o equipamento necessário às várias especialidades médicas que se vão instalando, em paralelo ao contínuo estabelecimento da assistência pública, por parte do Estado, ao longo dos anos 30.

Hoje, quando o objectivo de repatriação já desapareceu dos novos estatutos, a Caixa de Socorros procura responder aos novos apelos assistenciais, sobretudo vindos dessa nova realidade que se chama «terceira idade», para a qual ainda se não encontraram respostas suficientes. Pelo seu lado, a Caixa de Socorros inaugurou em 1976 o Lar D. Pedro V e tem, em construção, o Lar Rainha D. Estefânia.

A perspectiva histórica da Caixa de Socorros D. Pedro V, traçada por Beatriz Nizza da Silva, mostra-nos que a solidariedade assistencial constituiu uma das formas mais explícitas de afirmação da identidade cultural portuguesa em terras brasileiras, nos tempos da emigração maciça. Uma solidariedade de base caritativa, embora com os ajustamentos impostos pelo exterior, em que predomina mais a intenção de proteger o semelhante do que a preocupação de protecção mútua. A Caixa de Socorros D. Pedro V é disso um exemplo, entre tantos outros que continuam por estudar, e cuja análise, julgamos nós, não deverá esquecer os prolongamentos de benemerência dos emigrantes para com o seu território de partida, nomeadamente os legados às misericórdias portuguesas.

Jorge Fernandes Alves

HIGGS, David (editor), **Portuguese Migration in Global Perspective**, Toronto, The Multicultural History Society of Ontario, 1990, 207 pp.

A publicação citada recolhe as contribuições dos diversos investigadores, com interesse de pesquisa na área da emigração portuguesa, que participaram na conferência subordinada ao tema «Portuguese Migration in Global Perspective», organizada pela Universidade de Toronto e pela «Multicultural History Society» de Ontário, em 1988. De notar que esta conferência sobre a imigração portuguesa no Canadá surge na sequência de uma importante acção da «Multicultural History Society», que tem desenvolvido, nos últimos anos, investigações e encontros de especialistas de forma a aprofundar o conhecimento sobre as persistências étnicas e culturais que se verificam num país de tão forte imigração.

A abordagem da perspectiva histórica é justificada pela necessidade de enquadrar a imigração portuguesa no Canadá no contexto mais alargado e globalizante que caracteriza a diáspora portuguesa, de forma a evitar o erro do «paroquialismo» e da «singularidade» que resultariam de uma focagem restrita temporal e espacialmente. Nesta linha houve a preocupação de reunir investigadores de diversas origens (Portugal, Estados Unidos, Canadá), com trabalhos sobre a emigração para diversos destinos, embora sejam demasiado notórias as ausências de alguns especialistas que muito tem

contribuído para a renovação desta área de estudos em Portugal, casos de Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira, Jorge Arroiteia ou Félix Neto, por exemplo.

O volume editado contempla três partes. A primeira parte inclui três comunicações, incidindo sobre os primórdios da diáspora portuguesa. David Higgs traça uma perspectiva genérica sobre o fenómeno anteriormente ao século XIX, relembrando a aventura expansionista e imperial, a colonização do Brasil e inventariando os primeiros contactos de portugueses com o Canadá. Maria Beatriz Rocha-Trindade caracteriza o período da emigração maciça para o Brasil nestes dois séculos mais recentes, sobretudo na perspectiva da interação cultural. Por seu turno, Alberto Vieira apresenta uma panorâmica sobre a emigração da Madeira na segunda metade do século passado, com bastante expressão nos destinos do Hawai e Guianas inglesas.

Segue-se um segundo núcleo de comunicações, sobre a emigração e o Portugal recente. Caroline Brettell, com base em diversas «histórias de vidas» apresenta as características multifacetadas do sistema migratório português, incidindo a sua análise ao nível do ciclo de vida e do grupo doméstico. Helen Graham traz-nos a visão economicista, abordando o impacte das remessas dos emigrantes na balança de pagamentos, na inflação e no desenvolvimento regional em Portugal.

A terceira parte, que em termos de volume representa cerca de 50%, inclui um total de seis comunicações, predominando análises de diversas comunidades portuguesas no estrangeiro. Numa comunicação curiosa Manuela Marujo traça-nos o quotidiano dos portugueses de Ontário através da fotografia, desde a inserção profissional às vivências colectivas e rituais, como as festas religiosas, procissões, baptizados, exposições folclóricas. Já Robert F. Harney aborda um aspecto raramente estudado: o racismo dos países de expressão inglesa para com os imigrantes portugueses e outros «vaucasianos», daí retirando ilacções sobre o seu «isolamento» nestes países e as suas afirmações etnicistas. Grace Anderson e J. Campbell Davis apresentam a outra face da imigração portuguesa no Canadá, analisando a situação da mulher, no que respeita ao grau de assimilação, características demográficas, domínio de língua, níveis educativos, emprego e rendimento. Os padrões da emigração açoreana nos Estados Unidos constituem o objecto de estudo de Jerry Williams. O processo histórico da formação da população cabo-verdeana, a sua fixação, a emergência da cultura creoula e a subsequente migração foi analisado por Sidney M. Greenfield. Finalmente, Victor M. Pereira da Rosa e Salvato Trigo abordam a comunidade portuguesa da África do Sul, com especial relevo para o fluxo madeirense, estudando a sua distribuição geográfica e sócio-económica, o seu relacionamento com os sul-africanos, a sua dimensão política e ideológica, estudo a que os desenvolvimentos políticos mais recentes vem dar uma especial acuidade, dado o elevado número de portugueses ali residentes.

O volume termina com uma selecção bibliográfica sobre a imigração portuguesa no Canadá e um apêndice onde se transcreve o documento mais antigo conhecido neste país relativo a portugueses: trata-se do contracto de casamento de João Rodrigues com Anne Leroy, no Quebec, datado de 13 de Outubro de 1671.

O volume apresentado, como todos os que surgem nestas condições, fruto de conferências ou colóquios, tem as suas vantagens e os seus defeitos. Nestes últimos, devemos referenciar uma certa superficialidade, fruto da limitação de tempo para exposição e, sobretudo, porque os trabalhos apresentados referenciam obras de base, em relação às quais surgem como divulgações ou resumos, quando não a retoma de um capítulo específico. Daí a sensação frequente do «déjà vu». Mas, por outro lado, a multiplicidade de abordagens presentes e os diferentes posicionamentos dos diversos investigadores conferem ao volume um inegável interesse, evidenciando quão fecundo e multifacetado é o fenómeno da emigração portuguesa, bem como a curiosidade que

desperta junto dos investigadores estrangeiros, com relevo, naturalmente, para os dos países de recepção.

Jorge Fernandes Alves

BAYARD, Françoise — **Le Monde des Financiers au XVII siècle**, Paris, Flammarion, 1988.

F. Bayard discípula de Richard Gascon, falecido, acarinhada por Fernand Braudel, também desaparecido, acabou por ter Pierre Goubert a escrever o Prefácio do seu grande trabalho.

Duas partes fundamentais: primeiro um estudo do orçamento da monarquia, apontando a desorganização das finanças e os custos da guerra, sendo os rematadores de rendas e prestamistas (financeiros), a suportarem o défice; a segunda parte é o estudo social destes nas suas ligações com a vida económica e social, o mundo financeiro e o Estado monárquico. Em suma, uma contribuição importante para o estudo da construção do Estado e da dinâmica social própria do Antigo Regime, que vem completar o trabalho de Daniel Dessert situado entre 1653 e 1720 (*Argent, pouvoir et société au grand siècle*, Paris, Fayard, 1984).

Explica, na sua Introdução, que parte dum pressuposto lançado já por R. Gascon — o crescimento dos Estados Modernos só foi possível pelo recurso ao empréstimo, e a França não foi excepção. Contou com 562 registos do Conselho do Rei e os fundos notariais de Paris e Lyon, limitando-se ao período 1598-1653 (fim das guerras de Religião ao fim da Fronda) quando a documentação permite estabelecer séries contínuas de empréstimos. Situa o seu trabalho: o Grand Parti nascido em 1543, em Lyon, permitiu drenar regularmente os empréstimos de banqueiros estrangeiros inserindo os capitais dos seus clientes, franceses e italianos e não os seus, ao serviço do Estado. Ao fim de dez anos o Tesouro, real endividado e devedor, abre a falência do Grand Parti, arrastando o crédito público e os mercadores-banqueiros (como os Bonvisi, afastados da finança, regressam às actividades primárias antes de deixarem o Reino). Quais os novos procedimentos para substituir o anterior, e que homens presidem ao seu nascimento? Conjunto de profissionais que a fraqueza da administração financeira tornou necessária, fiadores e abonadores verdadeiros promotores das operações e que raramente surgem à luz do dia, enfim, os contemporâneos falam deles.

Na primeira parte, ao analisar a evolução das receitas e despesas, constata o défice crónico das finanças. Os rendimentos tradicionais estão longe de fornecer o essencial dos recursos do Reino, e apesar de nunca negligenciados, maximizados até de Luís XIII a Richelieu (e as múltiplas revoltas sociais provam-no), um período de regressão económica impõe limites. Daí a gestão de recurso, o negociar de avanços sobre os impostos; arrematantes e seus sequazes são figuras novas que rodeiam o Conselho. Uma análise da tesouraria e mecanismos de recolha das receitas, demonstra que qualquer previsão de orçamento errava por uma margem de aproximadamente 18%, que tinha a haver com uma organização financeira deficiente. Três problemas fundamentais: o dinheiro entra irregular e lentamente, em menor quantidade do que o previsto (à medida da conjuntura), e é gasto de forma incoerente. A resolução das dificuldades financeiras vai-se fazendo: suspensão do pagamento de pensões, transferência de verbas duns destinos para outros, pagamentos sem cobertura, retardamento de pagamentos, modificações da legislação, vigilância activa com a criação de recebedores

específicos que acabam por criar uma administração paralela, dádivas garantindo a conservação de privilégios (de pessoas, grupos ou cidades). Todos estes recursos são, no entanto, temporários, e pode-se contabilizar a sua frequência ao longo do período em estudo: impostos, os mais frequentes; transferências de receitas, 25 anos; exames de contas, 21 anos; retardamento de pagamentos e antecipações, 19 anos; criação de administração paralela, 12 anos. Uma cronologia do orçamento: 1598 a 1602, 1602 a 1610, 1610 a 1613, 1624, anos calmos e equilibrados; 1616, 1620 e 1621, 1626 e sobretudo 1635 a 1653, alarmes numerosos, com anos mais difíceis, 1640, 1651, extremamente tensos 1639 e 1641, a guerra interior e exterior perturba, depois de 1613, todos os planos inicialmente previstos. Mas a monarquia deve viver, os financeiros trazem as soluções e a estreiteza do orçamento e da tesouraria estão de facto na origem do nascimento e reforço deste grupo na primeira metade do séc. XVII.

Françoise Bayard chamou a esse grupo, um grupo de profissionais (II Parte), englobando mesmo os arbitristas que apresentam medidas ao Conselho do Rei, e esperam recompensas, numa conjuntura compreensível e adequada à do orçamento: 1599 a 1605 são raras, pouco variadas e ricamente recompensadas; desde finais do reinado de Henrique IV numerosas, envolvem somas consideráveis, criativas e mediamente remuneradas; a partir de 1630-35, tornam-se menos regulares e pagas generosamente, cuja explicação é dupla e contraditória, abundância de tesouraria ou raridade. Como se encontram integrados num «brain-trust» de especialistas em assuntos financeiros, o seu mundo não se distingue do dos financeiros.

Finalmente (III Parte), a posição dos financeiros no Estado (grande), na Economia (bastante pouca), na Riqueza (tanta quanto a boa nobreza parisiense, bem menos do que os ministros e príncipes), na Sociedade (bastante perto dos cumes). Destaco apenas as ligações entre finança e economia, pela problemática envolvente, especialmente para o séc. XVIII, com a perspectiva clássica da coexistência de dois sistemas: os financeiros, mais autónomos da economia, ligados ao serviço do Estado, católicos, e os banqueiros industriais ou técnicos da agricultura agindo por conta própria, protestantes. Esta imagem não responde ao séc. XVII; os financeiros contribuíram para a montagem duma infra-estrutura comercial praticando actividades tradicionais ou mais novas (nos campos, artes mecânicas). A criação urbana dos inícios de XVII, abriu-lhes novas perspectivas, nomeadamente no sector imobiliário. Mas a evolução pessoal dos financeiros inscreveu-se na história do Reino: antes das hostilidades, os capitais investem-se na agricultura, indústria e comércio, durante o conflito refluem para o Estado, a partir de 1630-35, o termo «negócio» não designa mais uma actividade económica mas uma intervenção financeira, procurar dinheiro fresco à monarquia, drená-lo, recuperá-lo o mais depressa possível, distribuí-lo aos credores, e repetir novamente estas operações. Mas esta frágil prática financeira não é senão uma etapa para a sua integração no topo da sociedade, introduzindo-se largamente na nobreza de toga, menos na nobreza de sangue.

Françoise Bayard conclui que a gigantesca drenagem de espécies metálicas para o Tesouro Real, não se pode compreender senão pela riqueza do País, em que as ideias de lucro, e aumento de capital não são desprezadas. A monarquia suscita mesmo um élan de confiança, criando negócios rentáveis, mas o sistema financeiro não muda nunca, nem pode mudar quando as ordens privilegiadas se recusam a suportar qualquer fiscalidade e participam dos benefícios da organização em causa. O poder dos financeiros junto do Estado é consagrado, modificando a ordem social e política, até ao recurso de Law, no séc. XVIII, do papel moeda. Entretanto, o mundo é dos financeiros...

JESÚS ALTURO I PERUCHO — *Alguns aspectos da sua obra científica*

O recurso ao título em epígrafe foi o processo mais expedito que encontramos para nos referirmos de uma só vez a cerca de dúzia e meia de estudos deste jovem professor da Universidade Autónoma de Barcelona, que, a um ritmo impressionante, nos tem distinguido com o resultado do seu fecundo labor investigativo. O que importa neste momento é salientar o que, em nosso entender, define as principais linhas de rumo da obra científica deste autor, a partir da análise dos trabalhos que temos presentes. Trata-se, obviamente, de uma visão esquemática, quase diremos redutora, originada na convergência de duas realidades: por um lado, a natureza das obras em apreço, por outro, os nossos próprios interesses.

Para melhor se compreender os aspectos que pretendemos salientar na obra de Jesus Alturo, impõe-se ter presente que ele iniciou e prosseguiu a sua carreira universitária até ao doutoramento, no âmbito da Filologia Clássica, tendo sido, depois, dada a sua preparação nos domínios da Paleografia e Diplomática, convidado a assegurar a sucessão ao bem conhecido Professor Anscari Mundó, com o qual ainda pôde trabalhar alguns anos.

Foram, de facto, a sua excelente preparação nas áreas do Latim e da Paleografia que lhe permitiram escolher *L' arxíu antic de Santa Anna de Barcelona del 924 al 1200. (Aproximació histórico-lingüística)*, como tema para a sua dissertação de doutoramento, de que resultou a obra em três volumes, respectivamente de 319, 466 e 422 pp., que, além, de ter obtido a mais alta classificação académica, foi distinguida também com o prémio «Ciutat de Barcelona, 1982», reservado para a melhor obra de investigação sobre a cidade capital da Catalunha.

A base e ponto de partida desta dissertação é constituída pelos 641 documentos, pertencentes aos mosteiros de Santa Ana e de Santa Eulália del Camp, na sua grande maioria inéditos, e agora convenientemente publicados no 2.º e no 3.º volumes, estando o 1.º reservado ao estudo de tão vastas fontes documentais e dos referidos mosteiros, à luz desta importante documentação, conservada no Arquivo Diocesano de Barcelona.

O autor, depois de ter evocado quantos antes de si haviam dedicado alguma atenção a estes fundos arquivísticos, passou a estudá-los, definindo-lhes a sua verdadeira tipologia jurídica e diplomática, e prestou significativa atenção ao elevado número de escritas que, durante um período superior a dois séculos e meio, foram ligando o seu nome a tais fontes.

Depois procurou traçar a história do Mosteiro de Santa Ana e da Ordem do Santo Sepulcro que aí se instalou, na sequência da doação testamentária de Afonso Batalhador, bem como do Mosteiro de Santa Eulália del Camp, estudando minuciosamente estas duas comunidades, na sua orgânica interna, constituição dos respectivos patrimónios, formas de exploração, rendas e ingressos, despesas, pleitos judiciais, etc., recorrendo aos já habituais métodos quantitativos, que domina perfeitamente.

Mas as suas preocupações eram essencialmente linguísticas, pelo que procedeu ao exame das fontes nessa perspectiva, salientando o contributo de tão rica documentação para os estudos linguísticos — sobretudo em relação ao catalão — o que lhe permitiu organizar um extenso glossário com significações precisas, devidamente documentadas. Por outras palavras poderemos afirmar que este estudo de Jesus Alturo i Perucho, se por um lado proporcionou o acesso directo de muitos investigadores a esta vastíssima documentação, contribuiu também para o melhor conhecimento dos primórdios da língua catalã, dado que as fontes agora postas ao alcance do público e dos investigadores permite acompanhar a evolução do latim para o novo linguajar da Catalunha, ao longo dos séculos X-XII.

Convirá, no entanto, observar que tanto esta como outras obras de Jesús Alturo têm um âmbito muito mais vasto, fornecendo preciosas informações de carácter numismático, monetário, económico e social, contribuindo, neste último caso para a reconstrução das linhagens familiares, profissões, etc.

A esta outra obra se lhe seguiu, de estrutura e âmbito cronológico idênticos. Referimo-nos ao *Diplomatari de Polinyà del Vallès. Aproximació a la Història d'un poble del segle X al XII*, igualmente publicada em 1985. Como a obra precedente, também esta apresenta um apêndice documental de 124 documentos, do maior interesse para os investigadores filólogos, numismatas, genealogistas, historiadores de economia, etc.

Poderemos mesmo dizer que estas obras são da *fase filológica* do autor, já que, num conjunto de outras publicações, sem prescindir dos aspectos filológicos, se apresenta especialmente atento às questões paleográficas e codicológicas, estabelecendo uma profunda articulação entre os problemas linguísticos e paleográficos, onde não faltam temáticas do maior interesse para a história da cultura catalã e até europeia, se atendermos à circulação de códices, cujos fragmentos tem estudado, como é o caso de um de procedência renana, segundo pensa.

Relativamente a cada um dos numerosos artigos, aliás cheios de novidade, que Jesús Alturo já dedicou a estas matérias, não poderemos entrar em aspectos de pormenor, mas gostaríamos de salientar os diversos fragmentos de glossários que detectou nas bibliotecas e arquivos catalães, que também estudou dos pontos de vista paleográfico e codicológico. Recordemos três: *Le manuscrit 1038 de la bibliothèque de l'Abbaye de Montserrat: un glossaire du VIII siècle*, provavelmente de origem renana, mas que circulou e se fixou em Monserrat; *o Fragment d'un építome del Glossarium Ansileubi de la primeira meitat del segle X* e, finalmente, os *Fragments d'un Glossari llatí basat en el Liber Glossarium*.

Jesús Alturo prestou atenção também a um outro tipo de fragmentos, relacionados com códices de conteúdo moral e biográfico, tendo publicado já *Fragment d'una traducció catalana medieval dels Moralia in Job de Sant Gregori el Gran* e ainda *Un nou testimoni de la versió catalana medieval de la «Vita sancti Antonii»*, isto é, de Santo Antão.

Outro tipo de estudos que tem elaborado aborda directamente temas mais especificamente relacionados com a Paleografia e a Codicologia. Tais são os casos de *Els estudis sobre fragments i Membra disiecta de codex a Catalunya. Breu estat de la questio* e de *Manuscrits i documents en escriptura beneventana conservats a Catalunya*.

Estes estudos só por si permitem documentar, com relativa facilidade, os diversos aspectos do seu perfil intelectual e de investigador e a simbiose perfeita das potencialidades do filólogo com as do paleógrafo.

A concluir esta rápida passagem pela obra de Jesús Alturo i Perucho, mais do que lamentar a sua dispersão por diversas revistas de difícil acesso, gostaríamos de formular o voto de que estudos tão importantes sejam reunidos em volume autónomo.

J. Marques

TRENCHS, José y GIMENO BLAY, Francisco M. — *La Paleografía y la Diplomática en España (Siglo XX)*, Universitat de València, Departamento de Historia de la Antigüedad y de la Cultura Escrita, Unidad Docente de Paleografía, 1989, 60 p.

Não obstante a sugestão em contrário, decorrente do título em epígrafe, devemos esclarecer que não se trata de uma obra de co-autoria, mas de dois estudos autónomos, respectivamente subscritos por cada um destes autores e reeditados sob um título comum, unificante, expressivo e oportuno.

Apraz-nos incluir nesta publicação universitária a notícia destes estudos, não só pelo interesse do seu conteúdo, mas também porque o fazemos como homenagem póstuma ao primeiro destes autores, recentemente falecido, a quem a Paleografia e a Diplomática, bem como as respectivas Comissões Internacionais de que era membro qualificado, muito ficam a dever.

Estes dois estudos foram, inicialmente, publicados no volume comemorativo do centenário do Instituto de Paleografia da Universidade de Roma, *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986). Per il centenario dell'Istituto di Paleografia dell'Università di Roma*, organizado por Armando Petrucci e Alessandro Pratesi, Roma, Gela editrice, 1988.

A efeméride romana, a cujas comemorações os dois ilustres professores da Universidade de Valência se associaram, serviu de pretexto para nos oferecerem dois interessantes e importantes estudos de síntese, tanto mais merecedores de serem divulgados quanto é certo que não é muito vulgar ver os investigadores elaborarem trabalhos deste género. Com efeito, Gimeno Blay tratou o tema *La Paleografía en España. Una aproximación para su estudio en el siglo XX*, traçando-nos uma panorâmica clara e sintética da evolução do ensino da Paleografia em Espanha neste século, não faltando aí uma resenha das principais colecções bibliográficas organizadas no país vizinho e dos estudos bibliográficos prévios sobre estas temáticas, e ainda uma importante chamada de atenção para o progresso que, também em Espanha, acabou por se impor, no âmbito destes estudos, passando a escrita, na linha desencadeada por Jean Mallon, a ser objecto de estudo, com o que a Paleografia alcançou personalidade própria deixando de ser considerada uma simples disciplina *auxiliar* das ciências históricas.

O estudo da Paleografia em Espanha, tal como o da Diplomática, está sempre condicionado por uma realidade histórica — poderemos, mesmo, dizer política, decorrente das diversidades regionais, consagradas pelos condicionalismos políticos a que estiveram ligadas, e o autor não deixou de ter este aspecto em consideração.

É precisamente nesta perspectiva que se insere o estudo do malgrado Prof. Trenchs — *De Re Diplomática. Estado actual de sus estudios en España (1886-1986)*, em que, além do quadro geral do que foi o ensino da Diplomática em Espanha de há um século para cá, faz passar perante os nossos olhos alguns dos muitos obreiros que levantaram o grande edifício científico e cultural de que Espanha hoje dispõe, sediado, em particular, nas suas Faculdades de Geografia e História. Prosseguindo o seu discurso expositivo, José Trenchs, sem perder de vista a realidade política e geográfica de Espanha, dá-nos um esboço do que foi o trabalho de quantos tiveram a coragem de se abalançar à elaboração de manuais de Diplomática geral ou procuraram valorizar aspectos sectoriais desta ciência, como a Diplomática *especial* de alguns reinados, a episcopal, concelhia, senhorial, etc., não tendo omitido as considerações tidas por indispensáveis quanto à escrita, sigilografia, cronologia, língua em que estão escritos os documentos e até mesmo quanto ao complexo problema da transcrição dos documentos, atentas as particularidades linguísticas regionais.

Em síntese, poderemos afirmar que nestas quase sessenta páginas ficaram traçadas, em linhas rápidas e seguras, os rumos da evolução seguidos, em Espanha, pela Diplomática e pela Paleografia, durante os últimos cem anos.

São trabalhos breves, é certo, mas que só podem e sabem fazer os que muito têm para sintetizar.

J. Marques.

FARFAN NAVARRO, Maria Cruz — *Real Monasterio y Convento de la Puridad. Catalogo de los fondos existentes en el Archivo del Reino de Valencia*, Generalitat Valenciana, 1990, 502 p.

RABASSA I VAQUER, Carles A. — BARRERA AYMERICH, Modest — PÉREZ LOBO, Luis Miguel — *Catalèg de l'Arxiu Municipal de Culla*, Generalitat Valenciana, 1990, 355 p.

GARCIA GOMEZ, Amparo et alii — *Guia del Archivo de la Ex.ma Diputación Provincial de Valencia*, Generalitat Valenciana, 1990, 274 p.

ANDRÉS ROBRES, Fernando et alii — *Inventario de fondos notariales del Real Seminario de Corpus Christi de Valencia*, Generalitat Valenciana, 1990 642 p.

Aspecto exemplar de política cultural

Pareceu-nos conveniente apresentar conjuntamente os quatro volumes de catálogos acima referenciados, e fazêmo-lo por três motivos: primeiro, porque a afinidade temática destas publicações o aconselha, depois porque foram todos editados, em 1990, a expensas da Generalitat Valenciana — designação que poderemos traduzir por “Governo Autónomo de Valência” — e, finalmente, porque, assim, é possível salientar melhor a exemplaridade de um aspecto importante da política cultural seguida nesta região autónoma, independentemente das pessoas que presidem aos seus destinos.

Quem tiver algum conhecimento da acentuada mudança que se tem verificado em Espanha nos últimos anos não deixará de reconhecer quanto o sector da Cultura beneficiou da nova realidade política, sobretudo nos domínios de defesa e salvaguarda do património histórico monumental, linguístico e documental, para não falarmos de tantos outros aspectos.

De momento, queremos referir-nos somente à área documental e, consequentemente, arquivística. A restauração das autonomias regionais foi de encontro às preocupações de defesa da identidade própria por que alguns tanto haviam pugnado e não se poderia, agora, perder a oportunidade de afirmação regional que se lhes deparava e nada melhor para isso do que valorizar a sua história regional e local. Mas este projecto passa, inevitavelmente, pela preservação das fontes histórico-documentais, pelo seu conveniente tratamento arquivístico e pela publicação dos mais variados instrumentos de busca — guias, roteiros, inventários, catálogos, etc. — sem olvidar o magno problema das adequadas instalações.

Deste vasto sector, queremos fixar a atenção no programa de publicação destes instrumentos, verdadeiramente indispensáveis aos investigadores, que o mesmo é dizer, para fazer progredir a investigação e o conhecimento histórico.

O projecto está consolidado, como demonstra o facto de a colecção *Arxius Valencians*, destinada a reunir todas as publicações desta natureza, incluir já doze volumes, de extensão variável conforme o conteúdo dos arquivos ou dos fundos tratados, mas todos rigorosamente apresentados segundo o mesmo critério. Só no ano de 1990, viram a luz do dia quatro, num total de 1770 páginas, ascendendo o último (vol. 12) a 642 páginas. O facto poderia passar despercebido, mas convém reflectir na dinâmica cultural que lhe está subjacente.

É que, se a publicação destes instrumentos de pesquisa recompensa, de certo modo, os seus autores e serve a investigação, também estimula outros técnicos profissionalizados ou simplesmente incumbidos de tarefas específicas. Os exemplos atraem, não só os indivíduos, mas também as próprias instituições, interessadas na publicação dos catálogos da documentação conservada à sua guarda. Clara manifestação do que acabamos de afirmar reside na circunstância de três dos quatro volumes que motivaram estas considerações patentearem ao público a totalidade dos fundos documentais de outros tantos arquivos: Municipal de Culla, da Ex.^{ma} Diputación Provincial de Valencia e do Real Colégio Seminário do *Corpus Christi* de Valencia, com a sua famosa colecção de livros notariais.

Como refere Javier Sanchez Portas em relação ao arquivo municipal de Culla, a colaboração do Governo Autónomo traduziu-se em verbas para a aquisição de mobiliário, bolsas para os técnicos incumbidos da catalogação, para não falar já da publicação do respectivo volume.

Na concretização deste projecto, há outros aspectos que urge divulgar, especialmente a articulação com o departamento de Paleografia e Arquivística da Universidade de Valencia, de que o seu principal responsável, o Professor José Trenchs Odena, recentemente falecido, era um grande impulsionador, bastando ler o *prólogo* que escreveu para o *Inventario de fondos notariales del Real Colegio Seminario de Corpus Christi de Valencia* para se concluir que este volume surgiu na sequência das iniciativas por ele tomadas. Este esforço implicou outras preocupações sectoriais, como a necessidade de se proceder à elaboração do quadro classificativo da documentação municipal, de que se incumbiu um grupo arquivista de Madrid.

Afinal, não enveredamos pelas referências centradas nos conteúdos das obras referenciadas de início. Elas falam por si. Gostaríamos, no entanto de chamar a atenção para o facto de cada um destes catálogos incluir um estudo prévio adequado, destinado a situar o espólio em causa e a conduzir o leitor menos experiente ou completamente desconhecedor, através dos vários núcleos e séries.

Naturalmente, poderá dizer-se que uma governação assim voltada para estes aspectos culturais também colherá dividendos, — (e que mal há nisso?) — mas os resultados, esses perdurarão.

J. Marques.

ENTRADAS

- ALONSO, Eliseo — *Pescadores del río Miño*.
Manual de ornitoloxía.
- El hombre y el mar en la costa suroeste de Pontevedra*.
- APARICIO CASADO, Buenaventura — *Arqueología y antropología cultural de la
margem derecha de la ria de Pontevedra*.
- BAKEWELL, Peter — *Plata y empresa en el Potosí del siglo XVII*.
- CASTRO LOPEZ, Antonio — *A camarcalización en Galicia*.
- CASTRO LÓPEZ, Antonio e outro — *Os xogos de sorte, envite e azar en Galicia*.
- CIGOÑA MUÑES, Estanislau Fernández de la — *Fauna galega para menos galegos*.
- FARIÑA JAMARDO, José — *El pequeño mundo de la vida local*.
- FERNANDÉZ ARRUTI, M.^a del Carmen — *La capilla de Nuestra Señora del Refugio
la Divina Peregrina*.
- GARCIA PEREIRA, Fernando — *La construción en Galicia*.
- GONZALEZ BLANCO, Antonino — *Arte e poblamiento en el SE. peninsular durante
los últimos siglos de civilización romana*.
- GONZALEZ MARTIN, Gerardo — *La vocación ferial de Vigo Francisco Leiro*.
- LISTE FERNANDEZ, Araceli Mercedes — *El besadoiro y su ergología*.
- LOPEZ Y LOPES-RIOS, Bernardo — *Pontevedra: de la leyenda a la historia*.
Real Ramos, Carlos Afonso del — La prehistoria.
- MARIÑO FERRO, Xosé Ramón — *Plantas, carnes y minerales medicinales*.
Actas del 1.º Congreso Internacional «Gallaecia».
- MARTINEZ LÓPEZ, Alberte — *O cooperativismo católico no proceso de modernización
da agricultura galega, 1900-1943*.
- NÚÑEZ SOBRINO, Angel — *«Meditaciones de la interior»*.
- OTERO, Isaac — *Uvela Sonora*.
- PORTA VILA, M.^a del Carmen e outros — *Arboles y arbustos en les jardines de
Pontevedra*.
Pontevedra Turística: guía provincial.
- REIMONDÉZ PORTELA, Manuel — *A estrada rural*.
- SÀNCHEZ AVALOS, Julia — *El Puerto de Marín*.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Ribadumia.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Buen.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Vila Boa.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Tui.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Poio.
Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Redondela.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Vilagarcía de Arcusa.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Vilanova de Arcusa.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Baiona.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Ponte Caldelas.

Inventario Archivo Municipal del Ayuntamiento de Cotobade.

VELAZQUEZ SORIANO, Isabel — *Las pizarras visigodas.*

VILLARONGA GARCIA, Manuel A. — *Vilagarcía, Vilaxóan y Carril.*

